

Paralisia Cerebral e Inclusão no Ensino Superior: Aportes Teóricos, Legais e Institucionais

Julieth Lobato — Mestranda em Educação (PPGE/UFAM)

Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos —
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO: Este trabalho analisa os desafios e possibilidades da inclusão de estudantes com paralisia cerebral no ensino superior, destacando os aportes teóricos, legais e institucionais que asseguram esse direito. Parte da compreensão da educação como direito humano essencial, que exige não apenas acesso físico, mas práticas pedagógicas inclusivas e acolhedoras. Fundamenta-se em marcos legais nacionais e internacionais e dialoga com autores como Mantoan, Sassaki, Gramsci, Libâneo e Matos. Busca contribuir para políticas e práticas universitárias voltadas à equidade e à valorização da diversidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação Especial; Ensino Superior; Paralisia Cerebral

INTRODUÇÃO: A presença de estudantes com paralisia cerebral nas universidades brasileiras ainda é marcada por invisibilidade e barreiras que comprometem a permanência e o sucesso acadêmico. Embora avanços legais e políticas públicas apontem para a inclusão, as práticas institucionais permanecem, muitas vezes, moldadas por uma lógica homogênea e excludente. Incluir vai além de garantir o acesso físico: exige a criação de ambientes pedagógicos acolhedores, acessíveis e comprometidos com a diversidade humana como princípio. Este estudo busca analisar como uma instituição de ensino superior de Manaus atua na efetivação da inclusão de estudantes com paralisia cerebral, reconhecendo a diversidade como valor estruturante do processo educativo.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base no materialismo histórico-dialético. Será realizado estudo de caso múltiplo em instituições de ensino superior de Manaus, envolvendo análise documental (leis, políticas públicas, PPCs), entrevistas com estudantes, docentes e coordenadores, além de observação direta e diário de campo. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), à luz da pedagogia histórico-crítica e do pensamento gramsciano, buscando compreender práticas e obstáculos à inclusão.

CONCLUSÕES: A inclusão de estudantes com paralisia cerebral no ensino superior exige mais do que o cumprimento formal de legislações: demanda mudanças culturais, pedagógicas e institucionais que reconheçam a diversidade como riqueza e não como obstáculo. A pesquisa busca contribuir para visibilizar essa população, fortalecendo o compromisso social da universidade com os direitos humanos e a justiça educacional. Espera-se que os resultados possam subsidiar políticas institucionais, formação docente e práticas pedagógicas voltadas à promoção da equidade e à valorização da diversidade no ensino superior.

DISCUSSÃO: A inclusão de estudantes com paralisia cerebral exige mudanças culturais, pedagógicas e estruturais. A mera presença física não garante participação plena, sendo necessário eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais (Mantoan, 2003; Sassaki, 1997). Demandam-se tecnologias assistivas, apoio pedagógico e formação docente contínua (Martins; Almeida, 2018). A falta de dados dificulta políticas eficazes (Lopes; Silva, 2021). É preciso repensar concepções de ensino, currículo e avaliação, incorporando a diversidade como valor institucional para assegurar equidade no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição de 1988; Lei 9.394/1996; Lei 13.146/2015; Decreto 6.949/2009; PNEEPI/2008.
BARDIN, L. Análise de conteúdo. 2011.
GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. 2001.
LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública. 2001.
MANTOAN, M. T. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2003.
SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 1997.
MARTINS; ALMEIDA (2018).
LOPES; SILVA (2021).